

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	2
Título: MPF pede exclusão de Parque Abrolhos de leilão de petróleo	2
Título: Hidrelétrica perde protagonismo para o vento e o sol.....	3
Título: Petrobrás luta contra roubo de combustível.....	5
Título: Governo libera R\$ 12,5 bi do Orçamento	6
Título: O dinheiro da Lava Jato.....	8
Título: Polícia Federal indiciou 13 pessoas em apuração da tragédia de Brumadinho.....	10
Título: Para professor, consciência do risco definiria homicídio	11
Título: Exemplo para o mundo: Adriano Pires	12
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	14
Título: Itamaraty nega alinhamento aos EUA em questão nuclear	14
Título: União Desbloqueia R\$ 8,3 bilhões para ministérios	16
Título: Postos de gasolina subiram preço antes de anúncio da Petrobrás	18
Título: Brasil quer prever vento e sol para operação de energia.....	19
Título: PF indiciou funcionários da Vale e da Tüv-Süd por Brumadinho	22
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	23
Título: PF indiciou 13 por Brumadinho.....	23
Título: R\$ 8,3 bi para destravar máquina do Executivo	24
Título: Gasolina mais barata: R\$ 4,07.....	27
Título: Petrobras: duto sem problemas	28

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 21/09/2019****Seção: Economia****Autor: André Borges / BRASÍLIA****Título: MPF pede exclusão de Parque Abrolhos de leilão de petróleo**

Ministério Público diz que presidente do Ibama ignorou parecer técnico do órgão e liberou área do litoral da Bahia

O Ministério Público Federal (MPF) propôs, na última quarta-feira, uma ação civil pública para pedir a retirada de sete blocos situados no litoral baiano em área próxima ao Parque Nacional Marinho de Abrolhos. O leilão da 16.ª Rodada de Licitações, promovido pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), está marcado para o próximo dia 10 de outubro.

Na ação, o MPF na Bahia sustenta que esses blocos não deveriam ir a leilão sem os devidos estudos ambientais prévios, principalmente por estarem em áreas sensíveis do ponto de vista ambiental. Respondem à ação a União, a ANP e o Ibama. A região de Abrolhos apresenta a maior biodiversidade do oceano Atlântico Sul, lembra o MPF, e foi o primeiro parque nacional marinho a ser reconhecido no Brasil em 1983, abrigando a maior biodiversidade marinha, o principal berçário das baleias jubarte e importantes áreas de reprodução e alimentação de aves e tartarugas marinhas.

Os blocos marítimos que são alvo da ação do MPF estão situados na Baía de Camamu-Almada, bem próximo à região de Abrolhos, e na Baía de Jacuípe, também no litoral baiano. Em abril, reportagem do Estado revelou que um parecer técnico do Ibama pedia a exclusão desses blocos do leilão, por causa dos impactos que a área poderia sofrer em caso de acidente com derramamento de óleo. O presidente do Ibama, Eduardo Fortunato Bim, no entanto, ignorou o parecer técnico e, numa atitude inédita, contrariou seus próprios especialistas, autorizando a ANP a seguir com o leilão.

Dias depois, uma segunda reportagem do Estado revelou que a decisão de Bim, na realidade, atendia a um pleito feito diretamente pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA). A denúncia embasa a ação do MPF. No parecer técnico, o Ibama ressalta que, em caso de acidente com derramamento de óleo, os impactos podem atingir todo o litoral sul da Bahia e a costa do Espírito Santo,

incluindo todo o complexo recifal do Banco de Abrolhos, manguezais e recifes de corais, além de pesqueiros relevantes para a pesca artesanal.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 21/09/2019

Seção: Economia

Autor: REUTERS

Título: Hidrelétrica perde protagonismo para o vento e o sol

Após décadas de domínio na matriz energética, geração pela água começa a ficar para trás com usinas eólicas e fotovoltaicas em alta

Após décadas de domínio, as hidrelétricas caminham para perder o protagonismo na matriz elétrica do Brasil. A acelerada expansão das usinas eólicas e da geração solar fotovoltaica começa a mudar a cara do sistema elétrico e o movimento deve se intensificar nos próximos anos. Se antes o suprimento de energia era assegurado por reservatórios hídricos, com capacidade para suportar anos de consumo, agora parte crescente da oferta está associada ao sol e ao vento.

Em meio a essa nova realidade, o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), órgão que gerencia o acionamento de usinas de geração e o uso de linhas de transmissão para garantir o suprimento elétrico do País, tem buscado ferramentas para lidar com a incerteza associada à produção dessas novas fontes renováveis. O ONS desenvolveu um aplicativo que utiliza dados de previsões de vento fornecidos por instituições especializadas para projetar a geração das usinas eólicas, e um sistema semelhante está sendo criado para permitir previsões sobre a produção dos parques solares.

“Temos percebido um aumento da volatilidade”, diz Luiz Eduardo Barata, diretor-geral do ONS. “É uma mudança enorme em relação ao passado, quando a matriz era basicamente hidrotérmica.” Ele prevê que o sistema de projeções solares esteja operacional em dois anos. “Com isso, saberemos antecipadamente que providências têm de ser tomadas no sistema, de forma a compensar (a variação da geração eólica e solar).”

Troca de matriz. Projeções do governo no mais recente Plano Decenal de Energia, com diretrizes para expansão do setor elétrico até 2027, indicam que hidrelétricas devem ver sua fatia na matriz cair para 51% no período, contra 64% em 2018, enquanto fontes alternativas, principalmente eólicas e solares, devem saltar para 28%, contra os atuais 22%. As usinas hídricas já chegaram a representar mais de 80% da capacidade do Brasil nos anos 80 e 90. Mas

dificuldades no licenciamento ambiental reduziram o ritmo de construção de hidrelétricas e fizeram com que os novos empreendimentos fossem construídos principalmente sob o modelo “a fio d’água”, sem reservatórios, o que reduziu a chamada “capacidade de regularização” do sistema.

Só entre 2005 e 2017, a capacidade dos reservatórios hídricos caiu de 27 meses para 16,4 meses, segundo cálculo do centro de estudos Acende Brasil. “Esse é o tema mais importante, na minha opinião... é uma dádiva termos construídos todos esses reservatórios no passado, senão a entrada das eólicas seria quase impossível”, disse o professor Adilson de Oliveira, do Grupo de Economia da Energia da UFRJ (GEE-UFRJ).

O Brasil pode ser considerado privilegiado, uma vez que a maior parte dos países que hoje tentam mitigar a intermitência das novas fontes renováveis pode recorrer apenas a termoeletricas a combustíveis fósseis, que além de mais poluentes são menos eficientes que a geração hídrica para a tarefa. “Hoje, a hidrelétrica é a tecnologia mais efetiva no mundo para fazer esse ‘backup’, e o Brasil é campeão mundial em hidrelétricas”, disse Luiz Barroso, presidente da consultoria PSR.

Outras alternativas. Apesar da sustentação do parque hidrelétrico às renováveis, outras soluções devem ser necessárias para garantir a confiabilidade do sistema, principalmente em momentos de pico de demanda, pelo efeito das mudanças climáticas e de outros usos da água sobre a geração hídrica. “No futuro, essa flexibilidade vai diminuir... a hidrelétrica sai do papel de carro-chefe, para ser uma fornecedora de serviços que permitam a integração efetiva de renováveis e outras tecnologias, como a própria geração térmica”, disse Barroso.

Segundo ele, o País pode aproveitar o gás do pré-sal para ter a complementação com combustível menos poluente, além de usar tecnologias como baterias, e apostar na expansão do sistema de transmissão, para levar energia de uma região a outra. “O Brasil tem um bom problema, que é ter um conjunto muito grande de opções”, afirmou. “Ao longo dos próximos anos ou décadas, o País vai ter de fazer suas escolhas. É uma busca que todos estão fazendo hoje nos mercados de energia do mundo, é um trabalho em andamento.”

À medida que essas transformações na matriz se concretizem, mudará até o comportamento dos reservatórios. Atualmente, os lagos das usinas geralmente “guardam água” durante a época de chuvas, de novembro a abril, para depois esvaziarem lentamente ao longo do chamado “período seco”, mas isso não deverá mais ser necessário devido à grande geração eólica no Nordeste e à presença do gás, disse Barata, do ONS. “Daqui a uns 15 anos, não vamos mais ter um regime como é hoje. Os reservatórios passarão a operar ‘flat’ (estáveis),

porque haverá na base as térmicas a gás complementadas pela solar e eólica”, disse Barata.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 21/09/2019

Seção: Economia

Autor: REUTERS

Título: Petrobrás luta contra roubo de combustível

Estatal trabalha para evitar que crime ganhe proporções alarmantes como no México, onde perdas da Pemex somam US\$ 3 bilhões por ano

A Petrobrás, nos últimos cinco anos, enfrentou uma grande investigação sobre corrupção, uma recessão devastadora e preços instáveis do petróleo. Agora, a empresa mais importante do Brasil enfrenta outro desafio: ladrões estão furtando milhões de reais em combustível para vender no mercado negro. Os casos que miram oleodutos da Petrobrás subiram para um recorde de 261 no Rio de Janeiro e em São Paulo no ano passado, contra apenas um caso em 2014, de acordo com comunicado da empresa de agosto e declarações feitas por representantes da petroleira.

A maioria desses roubos, segundo a polícia, é obra de sofisticados grupos criminosos, alguns com caminhões próprios, empresas de distribuição e até postos de gasolina no varejo. “São criaturas criativas”, disse o delegado Julio da Silva Filho, titular da Delegacia de Defesa dos Serviços Delegados (DDSD) do Rio, responsável pelas investigações. O crime custa à subsidiária de distribuição da Petrobrás, a Transpetro, mais de R\$ 150 milhões por ano, afirmou Roberto Castello Branco, presidente executivo da Petrobrás. As perdas são pequenas em comparação com as do outro grande competidor de energia da América Latina, o México, onde gangues de criminosos se infiltraram nos negócios de petróleo em grandes proporções. O furto de combustível custa à estatal mexicana Pemex mais de US\$ 3 bilhões anualmente.

A Transpetro criou um programa para reunir informações sobre criminosos e está gastando R\$ 100 milhões por ano para financiá-lo. Atualmente, cerca de 50 funcionários estão envolvidos no trabalho, que inclui rastrear os padrões e métodos dos ladrões e compartilhar essas descobertas com a polícia. Alguns investidores estrangeiros também estão reforçando a segurança. Eles incluem a TAG, uma unidade de gasodutos que a francesa Engie comprou da Petrobras por US\$ 8,6 bilhões em abril. Gustavo Labanca, diretor-presidente da TAG, afirmou que, dentre as ações, estão aumento da frequência de patrulhamento em

campo, vigilância remota das instalações, reforço das barreiras físicas, bem como ações de conscientização e apoio das comunidades localizadas próxima aos dutos. O combustível é caro no Brasil, onde o preço da gasolina chega a mais de R\$ 4 por litro.

As gangues tradicionalmente focadas no tráfico de drogas se ramificaram em roubo de combustível nos últimos anos. O mesmo acontece com as chamadas milícias, dizem a polícia, que surgiram para combater as quadrilhas de traficantes, mas que se transformaram em organizações criminosas. Esses grupos são altamente organizados, com divisões separadas dedicadas a explorar ilegalmente oleodutos, transportando combustível roubado e vigiando a polícia, disse a promotora de Justiça Simone Sibilio, coordenadora do Grupo de Atuação Especial no Combate ao Crime Organizado no Rio.

Ela disse que os criminosos usam o produto por meio de empresas como de asfalto, cujas operações exigem grandes quantidades de derivados de petróleo. Os bandidos também se concentraram nas vendas no varejo. A polícia diz que criminosos entraram nos postos de gasolina, como forma de lavar dinheiro de outras operações ilícitas. Agora, abastecer essas bombas com combustível roubado se tornou lucrativo.

Castello Branco pediu sentenças mais duras para os ladrões de dutos para reduzir o furto de combustível. A empresa também está perto de assinar acordos formais com a Pemex do México e a Ecopetrol da Colômbia, para facilitar o compartilhamento de estratégias antirroubo. Enquanto isso, o aumento da vigilância parece estar valendo a pena. Até o fim de julho, os roubos de combustível no Brasil caíram 33% em comparação com o mesmo período de 2018.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 21/09/2019

Seção: Economia

Autor: Idiana Tomazelli Eduardo Rodrigues / BRASÍLIA

Título: Governo libera R\$ 12,5 bi do Orçamento

Metade da verba foi direcionada para os ministérios da Educação, Economia e Defesa; Executivo descarta apagão da máquina pública

Os ministérios da Educação, da Economia e da Defesa ficaram com metade dos R\$ 12,459 bilhões liberados pelo governo no Orçamento de 2019. Eles receberam R\$ 6,39 bilhões, já contabilizando os recursos da Lava Jato que serão destinados à educação infantil. As pastas que agora foram menos contempladas

esperam que haja reforços nas próximas semanas, uma vez que, em alguns casos, o dinheiro curto é insuficiente para pagar as contas do ano.

Pouco mais de R\$ 21 bilhões do Orçamento continuam bloqueados. Segundo apurou o Estadão/ Broadcast, os pedidos por recursos chegaram a R\$ 29 bilhões nos dias que antecederam a decisão final sobre o Orçamento. O Ministério do Desenvolvimento Regional, responsável pelo programa Minha Casa Minha Vida, recebeu apenas R\$ 200 milhões, dinheiro que não basta sequer para pagar os compromissos do mês de outubro. Faltarão R\$ 261 milhões.

Após conseguir atender a menos da metade da demanda dos ministérios, o secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues Junior, tentou aplacar a ansiedade da Esplanada sinalizando para a possibilidade de novos desbloqueios nos próximos “dias ou semanas”. Uma das apostas é a receita com o leilão de áreas de petróleo fora do pré-sal, programado para 10 de outubro e que pode render R\$ 2,35 bilhões. Outro leilão de petróleo, previsto para novembro, pode trazer mais R\$ 6 bilhões. Ele descartou o risco de um apagão na máquina pública por falta de dinheiro. “Não trabalhamos com hipótese alguma de shutdown”, disse.

Nas últimas semanas, tanto o vice-presidente Hamilton Mourão quanto o ministro-chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, avisaram que o governo pretende liberar R\$ 20 bilhões até o fim do ano. Para cumprir essa promessa, será preciso garantir um desbloqueio adicional de R\$ 7,5 bilhões, uma vez que o valor anunciado ontem ficou abaixo do que chegou a ser propagado por Onyx, que era um descontingenciamento de R\$ 14 bilhões em setembro. O secretário do Tesouro, Mansueto Almeida, alertou que, apesar das estimativas das autoridades do governo, tudo dependerá do dinheiro que ingressar nos cofres da União: “O que vai ser liberado ou não até fim do ano depende da arrecadação.”

Divisão. Dos recursos liberados ontem pelo governo, R\$ 2,66 bilhões vieram do fundo da Lava Jato e estão carimbados para ações ligadas à educação e ao combate de incêndios na região da Amazônia Legal. Houve ainda distribuição de recursos para órgãos do Judiciário e do Legislativo, além de R\$ 799,7 milhões para emendas parlamentares. O governo pôde decidir livremente a alocação de apenas R\$ 8,3 bilhões do dinheiro que foi desbloqueado.

O MEC, que já havia se antecipado ao anunciar liberação de recursos para bolsas da Capes, ficou com R\$ 1,99 bilhão dos recursos “livres”, que devem ser destinados a universidades, compra de livros didáticos e bolsas de estudo, e R\$ 1 bilhão da Lava Jato, que vai financiar a educação infantil. Ao todo, a pasta faturou sozinha um quarto do valor desbloqueado. Como mostrou o Estadão/ Broadcast, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, participou de

momentos decisivos da Junta de Execução Orçamentária (JEO), órgão colegiado formado por Onyx e o ministro da Economia, Paulo Guedes, e que toma as decisões sobre os gastos do governo.

Waldery confirmou a presença de Weintraub e disse que outros ministros, como Tarcísio de Freitas (Infraestrutura), Gustavo Canuto (Desenvolvimento Regional) e Sérgio Moro (Justiça) também já participaram. Segundo ele, a decisão sobre quem receberia os recursos foi tomada de acordo com as prioridades estabelecidas pelo governo e “nada mais que isso”.

O Ministério da Economia recebeu R\$ 1,75 bilhão e deve usar o dinheiro para garantir o funcionamento de sistemas estruturantes, como o da Receita, quitar dívidas com organismos internacionais, pagar tarifas bancárias e aportar no Fundo de Garantia às Exportações (FGE). O FGE cobre o calote dado por outros países (como a Venezuela) em bancos como o BNDES, pois o Brasil foi o fiador do empréstimo. O fundo deve receber cerca de R\$ 600 milhões.

A Defesa receberá R\$ 1,65 bilhão para investimentos e manutenção dos quartéis. O governo ainda conseguiu constituir uma reserva de R\$ 613,9 milhões para “apagar incêndios” e conseguir direcionar rapidamente recursos.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 21/09/2019

Seção: Notas e Informações

Autor:

Título: O dinheiro da Lava Jato

Na terça-feira passada, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes homologou a destinação de R\$ 2,66 bilhões da Petrobrás para a educação e a proteção da Amazônia. Tal medida foi apresentada como sendo a máxima realização do interesse público. A história contada foi a seguinte: o dinheiro público desviado por esquemas de corrupção foi recuperado pela Lava Jato e agora poderá ter o devido destino, a melhoria da educação e a preservação do meio ambiente. Mas a história não é bem essa. Há uma série de confusões, aparentemente sem importância, que fazem toda a diferença. Em primeiro lugar, o dinheiro da Petrobrás não é dinheiro público. A empresa é uma sociedade de economia mista. Seus recursos são de seus acionistas.

A União é a maior acionista, com 28% do capital acionário, mas há outros milhares de acionistas privados – cerca de 400 mil – que detêm a maior parcela do capital acionário. Ou seja, a corrupção na Petrobrás não afetou apenas os recursos da União. Ela prejudicou milhares de acionistas privados, que foram os principais afetados pelo modo como a empresa foi gerida na época dos

governos petistas. O reconhecimento de que a Petrobrás é uma sociedade de economia mista nunca recebeu a devida importância pela Lava Jato. A operação sempre se referiu ao desvio de dinheiro público e, conseqüentemente, à recuperação desse dinheiro para os cofres públicos. Os acionistas privados não entraram na equação. Essa perspectiva tem sérias conseqüências, a começar pelo fato de que os principais prejudicados pela corrupção na Petrobrás – os acionistas minoritários – não foram devidamente reparados. A agravar a situação, membros do Ministério Público Federal (MPF) entendiam que era tarefa deles definir a destinação dos “recursos públicos recuperados”. Não eram recursos públicos nem muito menos cabia ao Ministério Público definir o uso a ser-lhes dado.

Tal distorção ficou patente, por exemplo, em setembro de 2018, quando a Petrobrás divulgou um acordo com o Departamento de Justiça dos Estados Unidos para encerrar as investigações sobre a empresa naquele país. O caso referia-se a falhas de controles internos, registros contábeis e demonstrações financeiras da companhia, durante o período de 2003 a 2012. No acordo com as autoridades norte-americanas, a Petrobrás comprometeu-se a pagar diversas multas. A maior delas, de US\$ 682,6 milhões, seria destinada a um fundo a ser criado com a participação do MPF, que também se encarregaria da gestão orçamentária e financeira dos recursos dessa fundação de direito privado. Diante do evidente desvio de função, a Procuradoria-Geral da República (PGR) questionou perante o STF a constitucionalidade do modo de proceder do MPF, que pretendia assumir a gestão de um fundo de direito privado. Na ocasião, Raquel Dodge, então procuradora-geral da República, disse que o tal fundo era “absolutamente incompatível com as regras constitucionais e estruturantes da atuação do Ministério Público”.

A ação teve seu desfecho na terça-feira passada. Reconhecendo a nulidade da participação do MPF na gestão dos recursos oriundos da multa, o ministro Alexandre de Moraes homologou um acordo celebrado entre a PGR, o presidente da Câmara e a Advocacia-Geral da União, determinando o destino a ser dado aos US\$ 682,6 milhões, que equivalem a R\$ 2,66 bilhões. A maior parte irá para a educação (R\$ 1,6 bilhão) e o restante (R\$ 1,06 bilhão) será usado em ações de prevenção, fiscalização e combate ao desmatamento e outros ilícitos ambientais na Amazônia.

A história é, portanto, mais complicada do que o triunfalismo apregoado pela Lava Jato. O acionista minoritário, o principal atingido pela corrupção da Petrobrás, foi novamente prejudicado. Será ele que arcará com a multa aplicada precisamente em razão da corrupção instalada na empresa. O caso do fundo da Petrobrás foi apenas um entre muitos. Há muito a ser esclarecido sobre os vultosos “recursos recuperados pela Lava Jato”. Foram eles de fato destinados ao seu devido dono?

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 21/09/2019****Seção: Metrópole****Autor: BELO HORIZONTE****Título: Polícia Federal indiciou 13 pessoas em apuração da tragédia de Brumadinho**

Investigação. Sete funcionários da Vale e seis da Tüv Süd são acusados de falsidade ideológica e produção de documentos falsos;

A Polícia Federal indiciou sete funcionários da Vale e seis da empresa de consultoria Tüv Süd por falsidade ideológica e produção de documentos falsos, por três vezes, em processo que investiga o rompimento da represa de Brumadinho em janeiro, que deixou 249 mortos e 21 desaparecidos. Em outra ação, também sobre a ruptura da estrutura, a PF já tem condições de apresentar indiciamentos, no mínimo, por homicídio culposo, quando não há a intenção de matar, contra investigados ainda não definidos. “Neste caso, é preciso esperar as perícias”, afirmou o delegado Luís Augusto Pessoa.

Entre os indiciados por falsidade ideológica e apresentação de documento falso está o executivo da Tüv Süd na sede da empresa na Alemanha, Chris Peter Mayer, responsável pelas operações da companhia no Brasil. A Tüv Süd atua na área de consultoria e é a responsável pela emissão do laudo de estabilidade da barragem. Nenhum integrante do alto escalão da Vale está entre os indiciados. O grupo é formado por responsáveis ou funcionários dos setores de geotecnia de gestão de riscos e geotecnia operacional da empresa. São Alexandre de Paula Campanha, Marilene Cristina de Oliveira, Felipe Figueiredo Rocha, Washington Pirete da Silva, César Augusto Grandchamp, Cristina Luíza da Silva Malheiros e Andrea Leal Loureiro. Na Tüv Süd, os indiciados são, além de Mayer, Makoto Namba, André Yassuda, que assinam os documentos de estabilidade, Marlísio Cecílio de Oliveira, Arsênio Negro Júnior e Ana Paula Toledo Ruiz.

As investigações apontaram que todos os funcionários da Vale indiciados tinham conhecimento sobre problemas de estabilidade da empresa e, ainda assim, não fizeram nada para evitar a tragédia. “Os setores sabiam identificar riscos, mas não sabiam o que fazer depois disso”, afirmou Pessoa. Os crimes foram cometidos, conforme as investigações, em junho e por duas vezes em setembro de 2018, durante envio de documentos a autoridades da Agência Nacional de Produção Mineral (DNPM) e da Fundação Estadual de Meio Ambiente (Feam). O crime de falsidade ideológica e produção de documento falso é punido com prisão de 3 a 6 anos. No caso, multiplicado por três.

Ao longo das investigações foram ouvidas 80 pessoas. As apurações de crimes contra a vida e ambiental prosseguem. Conforme Pessoa, o fato de a diretoria da Vale não ter sido indiciada nesta fase não indica que isso não poderá ocorrer. O que falta para a conclusão das investigações em relação aos crimes contra a vida e ambientais são perícias sobretudo em relação à possibilidade de liquefação da barragem, principal linha de investigação da PF. Os motivos que podem ter levado a isso estão sendo averiguados. “Para homicídio culposo já há elementos para indiciamento. Para doloso (intencional) é preciso aguardar as perícias”, pontuou Pessoa.

Cooperação internacional. A PF vai buscar acordos de cooperação internacional para ouvir o executivo Chris Peter Mayer, da Tüv Süd na Alemanha. O representante da empresa se recusou a prestar depoimento à corporação. “Não tenho jurisdição lá”, disse Pessoa. Mayer foi indiciado porque as investigações mostraram que o executivo foi consultado por Arsênio Negro Júnior, consultor contratado da Tüv Süd também indiciado, sobre a emissão de laudo que não correspondia à real situação da barragem.

A suspeita é de que a empresa tinha interesse em manter negócios com a Vale. Entre 2017 e 2018, cinco contratos renderam à empresa de consultoria R\$ 6,4 milhões. Sobre os indiciamentos, a Vale informou que “tomou conhecimento” e “avaliará detalhadamente o inteiro teor do relatório policial antes de qualquer manifestação de mérito, ressaltando apenas que a empresa e seus executivos continuarão contribuindo com as autoridades e responderão às acusações no momento e ambiente oportunos.” A Tüv Süd não vai comentar o assunto.

O advogado Marcelo Leonardo, que representa Cristina Malheiros e Andrea Leal Loureiro Dornas, afirmou que o indiciamento é atividade provisória. “Vamos aguardar a manifestação do Ministério Público”, disse. Augusto Arruda Botelho, da defesa de Makoto Namba, André Yassuda e Marlísio Cecílio de Oliveira, alegou que “o relatório apresentado pela Polícia Federal falha ao interpretar conceitos básicos sobre a engenharia de barragens e chega, portanto, a uma conclusão equivocada”. A reportagem não conseguiu contato com as defesas dos demais acusados.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 21/09/2019

Seção: Metrópole

Autor: FELIPE RESK

Título: Para professor, consciência do risco definiria homicídio

Professor de Direito Penal da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Cláudio Langroiva afirma que, se a Polícia Federal conseguir

demonstrar que os suspeitos tinham consciência do risco de a barragem estourar em Brumadinho, a Justiça tende a ser severa e isso pode resultar em condenação por homicídio doloso.

“No caso do crime culposos (quando não há intenção de matar), o autor agiu com negligência, imprudência ou imperícia, mas jamais esperou essa consequência (morte)”, explica o professor. “No caso, há duas situações. O dolo direto, quando o autor quer aquele resultado, deseja aquilo, o que, a princípio, não é o caso. E há o dolo eventual, quando o autor não deseja o resultado, mas assume o risco de ocorrer porque sabe que sua conduta pode gerar a situação de dano.”

Segundo Langroiva, um dos meios de a polícia conseguir apontar se houve ou não consciência do risco é por realização de perícia – como o delegado alega. “A perícia pode trazer elemento a mais que mostrem que, quando o suspeito realizou o ato, já tinha consciência do risco”, diz.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 21/09/2019

Seção: Opinião

Autor:

Título: Exemplo para o mundo: Adriano Pires

Nas últimas semanas acompanhamos uma discussão acalorada sobre a Amazônia. Os debates ganharam as páginas da imprensa internacional e, muitas vezes, perdeu-se a cortesia, inclusive entre chefes de Estado. A discussão sobre a Amazônia sempre traz consigo a questão ambiental, na medida em que sua preservação seria essencial para garantir as metas colocadas sobre o aquecimento do planeta. Durante essas semanas, o Brasil foi acusado de adotar políticas ambientais equivocadas. Mas, na realidade, o País é hoje um dos que mais colaboram para a redução da emissão de gases de efeito estufa, por meio de uma matriz energética das mais limpas do mundo, em razão da expressiva participação das chamadas energias renováveis.

Vamos aos números. A matriz energética brasileira tem forte presença das fontes renováveis, sobretudo a hidráulica e a biomassa, que representaram 45,3% da oferta total em 2018, e isso se amplia com o crescimento das energias eólica e solar. O desafio continua sendo reduzir a participação dos combustíveis fósseis, em particular o diesel, essencial para o setor de transporte de cargas e de passageiros. Nos últimos dez anos, a participação dos derivados de petróleo teve queda de 3,5 pontos percentuais, evidenciando um maior incentivo do Brasil ao aumento das fontes renováveis na matriz. Agora, com o crescimento

do gás natural oriundo do pré-sal, poderemos substituir o diesel em caminhões e navios por gás natural liquefeito, como vem ocorrendo na China e nos EUA.

A matriz energética mundial tem apenas 13,7% de participação das renováveis. No bloco da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), só 9,7% da matriz é renovável, enquanto nos demais países não membros essa participação é de 16,3%. No Brasil, a geração de eletricidade tem a predominância da fonte hídrica (66,6%). A geração de eletricidade no País conta com 83,2% de fontes renováveis, ante 23,8% nos países da OCDE e 24,0% no restante do mundo. No mercado internacional, potências como EUA e França chamam a atenção pela baixa participação de energia renovável em sua matriz. Nos EUA as fontes renováveis respondem por 11% da matriz, e nela o petróleo e o gás natural são as fontes de destaque (36% e 31%, respectivamente). Os combustíveis fósseis sempre foram predominantes na matriz norte-americana, mas nos últimos anos a produção de petróleo e de gás natural norte-americana está no topo do ranking mundial, impulsionada pela revolução do shale.

Na Europa, a Alemanha é o país cuja oferta de renováveis mais se aproxima da brasileira, com uma participação de 34,9%. Já na França as renováveis representam 9,4% da matriz, em que a predominância é de fonte nuclear (42%), seguida do petróleo (30%). A matriz elétrica francesa é majoritariamente nuclear (72%). O carvão, uma das principais fontes de energia responsáveis pelo aquecimento do planeta, tem baixa participação na matriz brasileira (5%), enquanto na China tem 72%; na Alemanha, 35,4%; e nos EUA, 13%. O aumento da participação das fontes de energia limpas é uma realidade nas matrizes de energia dos países. O Brasil é líder neste processo: somos responsáveis pela produção de 7,2% de toda a energia renovável mundial.

O crescimento da oferta de energia renovável veio para ficar, diante da necessidade de cuidar melhor do planeta. Entretanto, os caminhos da energia, tanto no nível da entrada de novas fontes limpas como de novas tecnologias de produção e uso, são tortuosos. Como mostra o exemplo da China, não é nada fácil associar no curto prazo aumento da participação das energias limpas com a necessidade de crescimento econômico e geração de empregos. O Brasil tem uma das matrizes mais limpas em razão das hidrelétricas, da biomassa (etanol e biodiesel) e, agora, do crescimento das fontes eólica e solar. Nos próximos anos, o gás natural será abundante com a produção do pré-sal. Portanto, continuaremos a ter uma matriz diversificada e limpa, dando exemplo ao mundo de como cuidar do meio ambiente.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data: 21/09/2019****Seção: Mundo****Autor: Igor Gielow****Título: Itamaraty nega alinhamento aos EUA em questão nuclear**

Em conferência, delegação contrariou apoio total proposto por Bolsonaro

Em movimento na contramão da política externa do governo Jair Bolsonaro (PSL), a delegação brasileira não se alinhou aos EUA durante a conferência da Aiea (Agência Internacional de Energia Atômica), encerrada nesta sexta (20) em Genebra.

Desde sua posse, o presidente reitera o que chama de apoio total às políticas de Donald Trump. Na Suíça, contudo, a delegação brasileira não endossou as críticas feitas pelos EUA ao Irã devido ao ataque a instalações sauditas.

O país também reiterou sua posição independente em relação à política nuclear. Segue na recusa de assinar o protocolo adicional ao TNP (Tratado de Não-Proliferação Nuclear), que permite um regime mais rígido de inspeções em instalações ligadas a programas nucleares.

O protocolo, de 1997, é visto pela diplomacia brasileira como instrumento de pressão das potências nucleares e brecha para o vazamento de segredos industriais. Além disso, não dá nada em troca — EUA e Rússia, por exemplo, não são signatárias de um novo e mais restritivo tratado, o TPAN (Tratado de Proibição de Armas Nucleares).

Assinado pelo Brasil em 2017, o texto prevê o banimento total da bomba e deve ser analisado para ratificação pelo Congresso neste ano.

Com isso, a área do desarmamento se firma como uma das poucas não afetadas pela guinada empregada pelo chanceler Ernesto Araújo. A manutenção de uma posição contrária à americana sempre foi defendida pela burocracia do Itamaraty que lida com a questão. A cúpula da Defesa e a ala militar no governo têm o mesmo entendimento.

Enviados americanos e israelenses já haviam ouvido o “não” brasileiro sobre mudança de posição na área nuclear. Segundo a Folha ouviu em Genebra, não houve pressão extra sobre a delegação.

No caso de Tel Aviv, a preocupação central era o Irã. O acirramento das tensões no Golfo Pérsico com o ataque às refinarias sauditas atribuído a Teerã fez o tema ser central nas conversas em Genebra.

O alinhamento aos EUA já criou problemas com a área militar do governo. O presidente chegou a prometer uma base americana no Brasil e seu governo flertou com a ideia de uma intervenção militar na Venezuela, só para ser contido pelos fardados.

Bolsonaro já deu declarações defendendo o poder dissuasório de armas nucleares, mas depois negou defender que o Brasil as tivesse. O TNP vem sendo atacado por sua obsolescência, já que a proliferação nuclear seguiu.

Índia, Paquistão e Coreia do Norte desenvolveram a bomba após sua adoção. Além disso, novas tecnologias desenvolvidas pelas grandes potências ameaçam um dos pilares do texto, o de desarmamento.

Desde que assumiu, em 2017, Trump renovou a doutrina nuclear americana, facilitando o emprego de armas táticas de menor potencial destrutivo. Além disso, os EUA acusaram a Rússia de violar um dos mais simbólicos acordos nucleares do fim da Guerra Fria, que visava evitar a instalação de mísseis de alcance intermediário na Europa.

O Kremlin negou, mas Washington se retirou do acordo, que foi encerrado neste ano e disparou o começo do que parece ser uma nova corrida armamentista, com novos testes de armas americanas e anúncios de retaliação de Vladimir Putin.

A delegação brasileira em Genebra foi liderada pela primeira vez, em 29 anos, por um **ministro de Estado, o almirante Bento Albuquerque (Minas e Energia, responsável pelo programa nuclear brasileiro).**

Em seu discurso, ele disse que o Brasil quer aproveitar o fato de ter a quarta maior reserva de urânio do mundo e também dominar o ciclo de enriquecimento do mineral que dá origem ao combustível nuclear para ampliar sua participação no mercado.

Este é um desejo antigo do governo brasileiro, que esbarra em questões técnicas e na suspeita que o enriquecimento provoca —o processo em pode servir tanto a propósitos médicos como para a bomba.

Albuquerque também reafirmou que o Brasil quer abrir o mercado nuclear para o setor privado. O país apoiou ainda o argentino Rafael Grossi para substituir o japonês Yukiya Amano, morto neste ano, como chefe da Aiea.

O jornalista viajou a convite da Alemanha

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data: 21/09/2019****Seção: Mercado****Autor: Danielle Brant****Título: União Desbloqueia R\$ 8,3 bilhões para ministérios**

Governo libera R\$ 8,3 bi para órgãos federais e ministérios

Desbloqueio de verba do Orçamento deve aliviar situação de várias pastas

Brasília Com a melhora da arrecadação e corte nos gastos com pessoal, o governo anunciou nesta sexta-feira (20) o desbloqueio de R\$ 8,3 bilhões do Orçamento para órgãos e ministérios. No ano, estavam contingenciados R\$ 34,2 bilhões.

O ministério com maior liberação de recursos será o da Educação, com R\$ 1,99 bilhão. O dinheiro será usado para garantir o funcionamento de universidades, institutos federais, comprar livros didáticos e pagar bolsas da Capes. No início do mês, as bolsas haviam sido congeladas.

A pasta também receberá R\$ 1,6 bilhão do chamado Fundo da Lava Jato, criado a partir de acordo entre a Petrobrás e a força-tarefa. A liberação dos recursos, porém, ocorrerá só depois que o ministério formatar o pedido para receber o dinheiro. “Os órgãos vão indicar para onde vão os recursos, aí serão feitos projetos de leis ou portarias de crédito e os descontingenciamentos necessários”, afirmou George Soares, secretário de Orçamento Federal.

Na Economia, o desbloqueio de recursos será de R\$ 1,75 bilhão. A liberação será feita para o fundo garanti-dor de exportação e para assegurar o funcionamento do Serpro (sistema de processamento de dados) e do Data-prev (responsável pela base de dados do INSS). Uma parte será para o Censo de 2020.

A Defesa terá um descontingenciamento de R\$ 1,65 bilhão, e uma fatia desses recursos será usada para manter quartéis e a parte operacional das Forças Armadas.

O Meio Ambiente, mergulhado em uma crise motivada pelos incêndios e queimadas na Amazônia, receberá R\$ 70 milhões, quase metade do que será liberado para a Agricultura (R\$ 120 milhões). Para a Presidência, serão descontingenciados R\$ 60 milhões. A AGU (Advocacia-Geral da União) teve desbloqueio de R\$ 50 milhões.

Além dos R\$ 8,3 bilhões, o governo também vai recompor a reserva orçamentária com R\$ 3,276 bilhões, incluindo os R\$ 2,661 bilhões do fundo da LavaJato —além do dinheiro para educação, R\$ 1,06 bilhão vão para a Amazônia Legal. A diferença, R\$ 613,87 milhões, serão guardados para, no futuro, serem alocados em ministérios.

Houve liberação de R\$ 799,66 milhões em emendas impositivas. Para o Legislativo e o Judiciário, serão liberados R\$ 83,54 milhões. Ao todo, o desbloqueio alcança R\$ 12,459 bilhões.

O governo revisou para cima a projeção para as receitas neste ano. Agora, prevê R\$ 1,547 trilhão, ante R\$ 1,54 trilhão na avaliação de julho.

Nas receitas não administradas, houve aumento na expectativa de recebimento de dividendos e participações, que teve aumento de R\$ 7,6 bilhões. Os dividendos serão pagos por Caixa (R\$3 bilhões), BNDES (R\$ 3,3 bilhões), Banco do Brasil (R\$ 640 milhões) e Banco do Nordeste (R\$ 100 milhões). Houve ainda redução de R\$ 8,35 bilhões em concessões e permissões.

Além disso, cortou a perspectiva para a despesa, que caiu de R\$ 1,403 trilhão para R\$ 1.397 trilhão. A maior redução ocorreu em pessoal e encargos sociais, com diminuição de R\$ 5,792 bilhões, ou 1,8% da despesa.

“A estimativa feita para aumento de professores e funcionários da educação foi superestimada, assim como de outros reajustes dados no começo do ano. Aí conseguimos verificar que não vai ter esse impacto neste ano”, disse Soares.

Mesmo com a liberação dos recursos, ainda há R\$ 21 bilhões sob contingenciamento no governo. O próximo relatório de avaliação do ministério, em novembro, deve mostrar novo desbloqueio, segundo o secretário especial da Fazenda, Waldery Rodrigues. O governo conta com dois leilões de petróleo, um de R\$ 6 bilhões, em 7 de novembro, e outro de R\$ 2,3 bilhões em 10 de outubro, para reforçar o caixa.

“A perspectiva conservadora e de forma transparente é de que, no próximo relatório ou num extemporâneo, haja novos descontingenciamentos. Se houver os leilões com materialidade suficiente, are-composição é de 8,3 bilhões”, disse. “Mas ainda há a possibilidade de termos dividendos intermediários também, porque a lucratividade dos bancos continua em alta.”

O secretário também negou qualquer intenção do governo de flexibilizar o teto de gastos. “Não está à mesa a discussão do teto de gasto com a retirada de investimentos. Isso não está posto à mesa para discussão”, diz. “Não vamos trabalhar com teto de gastos, vamos trabalhar com o piso.”

O primeiro bloqueio ocorreu em março, quando o governo congelou aproximadamente R\$ 30 bilhões no Orçamento. A redução de recursos na Educação levou a uma onda de protestos em maio. No mesmo mês, ao divulgar fazer nova revisão das contas, o governo anunciou o desbloqueio de parte da verba dessa área.

Na apresentação de maio, a equipe econômica evitou um novo contingenciamento ao usar uma reserva orçamentária de situações de emergência para suprir as perdas.

Em julho, em meio à crise fiscal e ao ritmo fraco de recuperação da atividade econômica, o governo decidiu bloquear R\$ 1,44 bilhão do Orçamento. O contingenciamento só não foi maior porque o governo usou R\$ 809 milhões da reserva orçamentária. Ao fim do primeiro bimestre deste ano, esses recursos somavam R\$ 5,4 bilhões.

O contingenciamento ocorre por uma frustração com a previsão para receitas e despesas no ano, o que poderia levar ao estouro da meta fiscal de 2019 —o déficit previsto está em de R\$ 139 bilhões.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 21/09/2019

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona

Título: Postos de gasolina subiram preço antes de anúncio da Petrobrás

Rio de Janeiro Levantamento feito pela consultoria Triad Research reforça suspeitas de que alguns postos de combustíveis se adiantaram ao anúncio de reajustes da Petrobras, conforme denúncias de consumidores esta semana, repetidas na quinta (19) pelo presidente Jair Bolsonaro.

A pesquisa coletou dados de 16.712 postos pelo Brasil, o equivalente a cerca de 40% do total de revendedores de combustíveis do país. Destes, 3.899 (ou 23%) aumentaram o preço da gasolina no início da semana, após alta das cotações internacionais do petróleo provocada por ataques na Arábia Saudita.

Entre os que aumentaram, 621 (ou 3,15% da amostra total) fizeram reajustes superiores a R\$ 0,20 por litro, valor alto até mesmo quando há reajustes nas refinarias. A pesquisa identificou ainda 3.529 postos que reduziram preços, o equivalente a 21%. No restante, não houve alterações.

Os preços dos combustíveis são livres no país, mas a ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis) intensificou fiscalizações em parceria com Procons estaduais após as primeiras denúncias de aumentos abusivos.

Na segunda (16), o barril do tipo Brent havia subido 13%, a maior alta diária desde o fim de 2008, em resposta ao corte de 5,7 milhões de barris na capacidade de produção saudita. Foi a maior suspensão de produção da história, superando o segundo choque do petróleo, no fim dos anos 1970.

A Petrobrás, porém, informou no fim daquela noite que esperaria antes de definir por reajustes nos preços internos, com o objetivo de não repassar volatilidades ao consumidor. Apenas na quarta (18), a estatal anunciou aumento de 3,5% no preço da gasolina e de 4,2% no preço do diesel.

O levantamento da Triad comparou os preços praticados na terça com os da sexta anterior. Entre os postos pesquisados, 3.277 (01119,6%) promoveram reajustes de até R\$ 0,20 por litro. Outros 465 elevaram seus preços entre R\$ 0,20 e R\$ 0,40 por litro. Já em 156, o aumento foi superior a R\$ 0,40 por litro.

O diretor da consultoria, Miguel Santos, diz, porém, que não é possível afirmar que os reajustes foram promovidos em função das cotações internacionais do petróleo.

Na quinta, Bolsonaro reclamou dos aumentos em sua live semanal. “Ontem mesmo, em Brasília, antes desse anúncio da Petrobrás, que foi no final da noite, alguns postos subiram [os preços em] 5%, levando-se em conta o ataque de drones à refinaria lá na Arabia Saudita”, disse.

“Isso para mim é um abuso. A gente vai para cima deles, tudo que estiver de acordo com a lei, puder defender o consumidor, nós faremos”, completou o presidente, afirmando que vai pedir investigações ao **MME (Ministério de Minas e Energia)**.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 21/09/2019

Seção: Mercado

Autor:

Título: Brasil quer prever vento e sol para operação de energia

ONS prevê menos peso e novos usos para usinas hidrelétricas no país

São Paulo | Reuters Após décadas de domínio, as hidrelétricas caminham para perder o protagonismo na matriz elétrica do Brasil, onde a acelerada expansão das usinas eólicas e da geração solar fotovoltaica deverá levar a mudanças importantes na operação do sistema elétrico ao longo dos próximos anos.

Se antes o suprimento de energia era assegurado por reservatórios hídricos com capacidade para anos de consumo, agora parte crescente da oferta está

associada ao sol e ao vento, que variam fortemente durante o dia, segundo o diretor-geral do ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico), Luiz Eduardo Barata.

Em meio a essa nova realidade, o órgão, que gerencia usinas de geração e o uso de linhas de transmissão para garantir o suprimento elétrico, tem buscado ferramentas para lidar com a incerteza associada à produção dessas novas fontes renováveis.

O ONS desenvolveu um aplicativo que usa dados de previsões de vento fornecidos por instituições especializadas para projetar a geração das usinas eólicas, e um sistema semelhante está sendo criado para permitir previsões também sobre a produção dos parques solares, que começam a ganhar espaço no país.

“Temos percebido um aumento da volatilidade. É uma mudança enorme em relação aos tempos passados, quando a matriz era basicamente hidrotérmica”, diz Barata, que prevê que o sistema de projeções solares esteja operacional em dois anos.

“Agente, com isso, já antecipadamente sabe mais ou menos que providências têm que ser tomadas no sistema, de forma a compensar (a variação da geração eólica e solar).

Projeções do governo no mais recente Plano Decenal de Energia, com diretrizes para expansão do setor elétrico até 2027, apontam que hidrelétricas devem ver sua fatia na matriz cair para 51% no período, contra 64% em 2018, enquanto fontes alternativas, principalmente eólicas e solares, devem saltar para 28% (de 22% atualmente).

As usinas hídricas já chegaram a representar mais de 80% da capacidade do Brasil nos anos 80 e 90.

Mas dificuldades no licenciamento ambiental que ajudaram a reduzir o ritmo de construção de hidrelétricas ainda fizeram com que os novos empreendimentos da fonte fossem construídos principalmente sob o modelo afio d'água, sem reservatórios, o que reduziu a chamada capacidade de regularização.

Só entre 2005 e 2017 a capacidade dos reservatórios hídricos de atender à demanda mesmo em cenário crítico de chuvas caiu de 27 meses para 16,4 meses, segundo o centro de estudos Acende Brasil.

“Esse é o tema mais importante, é uma dívida termos construídos todos esses reservatórios no passado, senão a entrada das eólicas seria quase impossível”,

afirma Adilson de Oliveira, professor do Grupo de Economia da Energia da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro).

Nesse sentido, pode-se ainda dizer que o Brasil é privilegiado, uma vez que a maior parte dos países que hoje tentam mitigar a intermitência das novas fontes renováveis pode recorrer apenas a termelétricas a combustíveis fósseis, que, além de mais poluentes, são menos eficientes que a geração hídrica.

“Hoje, a hidrelétrica é a tecnologia mais efetiva a nível mundial para fazer esse backup, e o Brasil é campeão mundial em hidrelétricas”, diz o presidente da consultoria PSR, Luiz Barroso.

Apesar da sustentação oferecida pelo parque hidrelétrico às renováveis, outras soluções devem ser necessárias para garantir a manutenção da confiabilidade do sistema a médio e longo prazo, principalmente em momentos de pico de demanda, até mesmo pelo efeito das mudanças climáticas e de outros usos da água sobre a geração hídrica.

“No futuro, essa flexibilidade vai diminuir. A hidrelétrica sai do papel de carro-chefe para ser uma fornecedora de serviços que permitam a integração efetiva de renováveis e de outras tecnologias”, afirma Barroso.

Segundo ele, o país pode aproveitar o gás do pré-sal para ter essa complementação com combustível menos poluente, visto como “de transição”, além de utilizar tecnologias como baterias, e apostar na expansão do sistema de transmissão, para levar energia de uma região a outra.

“O Brasil tem um bom problema, que é ter um conjunto muito grande de opções. Ao longo dos próximos anos ou décadas, o país vai ter que fazer suas escolhas. É uma busca que todos estão fazendo hoje nos mercados de energia do mundo”, diz.

À medida que essas transformações na matriz se concretizem, com mais renováveis eólicas e solares e térmicas a gás, o novo papel das hidrelétricas vai se consolidar, o que mudará até o comportamento dos reservatórios.

Atualmente, os lagos das usinas geralmente “guardam água” durante a época de chuvas, de novembro a abril, para depois esvaziarem lentamente ao longo do chamado “período seco”, mas isso não deverá mais ser necessário devido à grande geração eólica no Nordeste e à presença do gás, disse Barata, do ONS.

“Daqui a uns 15 anos, não vamos mais ter um regime como é hoje. Os reservatórios passarão a operar ‘flat’ [estáveis], porque vou ter na base as térmicas a gás e vou ter solar e eólica [como complementares]”, diz Barata.

Essa estabilidade maior do sistema teria reflexo em questões como bandeiras tarifárias, que geram custos extras para o consumidor quando a oferta de energia é baixa.

As eólicas somam hoje 15 GW em operação no Brasil, enquanto as solares têm 2 GW, contra 100 GW em hidrelétricas. O Plano Decenal prevê que até 2027 as usinas a vento podem ganhar 10 GW e as solares 5 GW, enquanto as usinas hídricas de maior porte devem crescer pouco mais que 1 GW.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 21/09/2019

Seção: Cotidiano

Autor: Fernanda Canofre

Título: PF indícia funcionários da Vale e da Tuv-Süd por Brumadinho

Treze funcionários da Vale e da Tuv-Sud foram indiciados por crimes de falsidade ideológica e uso de documentos falsos com relação ao rompimento da barragem B1, na mina Córrego do Feijão, em Brumadinho.

O resultado da primeira parte do inquérito da Polícia Federal foi apresentado nesta sexta (20), em Belo Horizonte. A tragédia deixou 249 mortos, e 21 pessoas continuam desaparecidas.

Entre os indiciados, sete são funcionários da Vale e seis da Tuv-Sud, empresa alemã responsável por atestar a estabilidade da estrutura. A PF também indiciou as empresas pelos crimes. Nenhum dos indiciados pertence à cúpula da Vale.

O inquérito será encaminhado à Justiça Federal e ao Ministério Público Federal, que é quem decide quem será denunciado. Até agora, a PF pediu apenas medidas cautelares.

A pena prevista para cada um dos crimes é de três a seis anos, passível de aumento de um terço porque houve grande impacto de destruição do meio ambiente.

Procurada pela reportagem, a Vale diz que avaliará “o inteiro teor do relatório policial antes de qualquer manifestação de mérito”.

A Tuv-Sud disse que não comentará sobre os indiciamentos. O advogado Augusto de Arruda Botelho, que representa três dos indiciados da Tuv-Sud, respondeu por meio de nota.

“O relatório apresentado pela Polícia Federal falha ao interpretar conceitos básicos sobre a engenharia de barragens e chega, portanto, a uma conclusão equivocada”, diz trecho da nota.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 21/09/2019

Seção: Brasil

Autor: Renato Souza

Título: PF indícia 13 por Brumadinho

A Polícia Federal indiciou sete funcionários da mineradora Vale e seis membros da consultora alemã TÜV SÜD, que prestou serviços para a companhia, no inquérito que investiga o rompimento da Barragem de Fundão, em Brumadinho-MG. Eles são acusados de uso de documento falso e falsidade ideológica envolvendo a tragédia que se abateu sobre a cidade mineira. No relatório enviado à Justiça, a Polícia Federal pede que todos os investigados sejam impedidos de prestar outros serviços na área ou dar consultoria para outras empresas e órgãos públicos.

As investigações apontam que a barragem apresentava diversos problemas antes de desmoronar, em 25 de janeiro deste ano. No entanto, as provas colhidas durante a investigação apontam que, mesmo tendo conhecimento destes riscos, funcionárias da área técnica não tomaram as atitudes necessárias, como evacuar o local e avisar as autoridades do risco iminente relacionado à barragem.

Os acusados recebiam bônus de acordo com o nível de segurança da barragem. Quanto mais segurança apontassem os relatórios, maior era o valor repassado aos integrantes do grupo. Entre os indiciados não está nenhum diretor da Vale. No entanto, esta é apenas a primeira fase da investigação. Outros indiciamentos deverão ocorrer e a expectativa é de que, assim que for apontado o gatilho para o rompimento da barragem, as responsabilidades individuais fiquem mais claras.

Além dos crimes ambientais, a PF e a Polícia Civil de Minas Gerais tentam identificar os responsáveis diretos pelas mortes, que devem responder por homicídio — 249 pessoas morreram com o colapso da sede administrativa da mineradora ou por estarem no caminho da lama. Ainda há 21 pessoas desaparecidas.

Na equipe da Vale, os indiciados são Alexandre Campanha, gerente executivo de Governança de Geotecnia Corporativa; Washington Pirete, engenheiro; Marilene Lopes, gerente de Gestão de Estruturas Geotécnicas; César

Grandchamp, geólogo; Felipe Rocha, engenheiro ligado à Gestão de Riscos Geotécnicos; Cristina Malheiros, engenheira e Andréa Dornas, engenheira.

Na TÜV SÜD, a PF indiciou Ana Paula Ruiz Toledo, engenheira geotécnica sênior; Chris-Peter Meier, diretor de Desenvolvimento de Negócios e gerente de Negócios de Infraestrutura da sede da empresa, na Alemanha; Makoto Namba, coordenador de Projetos; Marlísio Cecílio, engenheiro geotécnico sênior; André Yassuda, da consultoria de geotecnia; e Arsenio Negro Jr., consultor e dirigente da empresa.

Em nota, a Vale informou que “avaliará detalhadamente o inteiro teor do relatório policial antes de qualquer manifestação de mérito, ressaltando apenas que a empresa e seus empregados continuarão contribuindo com as autoridades e responderão às acusações no momento e ambiente oportunos”. A TÜV SÜD não se manifestou sobre o assunto.

Terremoto em MG

Um terremoto de 2,2 graus na Escala Richter, considerado fraco, atingiu a cidade de Senhora do Remédio, na Região da Zona da Mata Mineira. O sismo foi sentido na noite de quinta-feira e assustou várias famílias. Algumas pessoas relatam que chegaram a ouvir um estrondo e clarões enquanto a terra se mexia. Não há registros de danos estruturais em imóveis e de feridos. Ao menos outros dois tremores de terra foram sentidos em Minas Gerais neste ano. O tremor de terra foi registrado pelo Observatório Sismológico da Universidade de Brasília (UnB).

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 21/09/2019

Seção: Economia

Autor: Rosana Hessel

Título: R\$ 8,3 bi para destravar máquina do Executivo

Graças ao aumento da arrecadação e da melhora nos resultados das estatais que elevaram a previsão de receita com dividendos, o Ministério da Economia anunciou ontem a liberação de R\$ 12,459 bilhões do Orçamento deste ano, com o objetivo de evitar uma paralisação da máquina pública. Desse total, R\$ 8,3 bilhões serão desbloqueados para os órgãos do Poder Executivo, de acordo com o secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues.

“Não trabalhamos com hipótese de shutdown (paralisação de serviços)”, garantiu ele durante a apresentação do Relatório de Avaliação Fiscal do quarto bimestre. Segundo ele, o Ministério da Educação recebeu a maior parcela entre

as 17 pastas contempladas. Ficou com R\$ 1,99 bilhão, que serão destinados, “prioritariamente, ao funcionamento das universidades e dos institutos federais, à compra de livros didáticos e às bolsas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)”. Ele contou que outras duas pastas foram consideradas prioritárias e, portanto, tiveram o maior volume de recursos: Economia e Defesa. O decreto com a nova programação orçamentária deverá ser publicado na segunda-feira.

O secretário admitiu que novas liberações podem ocorrer em breve. “Estamos desbloqueando R\$ 12,5 bilhões. Mas estamos sendo cautelosos com os dados. Essa medida pode ser ampliada para melhor nos próximos dias ou semanas”, afirmou. Rodrigues lembrou que os leilões de petróleo, previstos para outubro, com previsão de entrada de R\$ 8,3 bilhões nos cofres públicos foi retirada do relatório. Segundo ele, continuam bloqueados “cerca de R\$ 21 bilhões” dos quase R\$ 34 bilhões que estavam contingenciados no Orçamento.

Dividendos

Um dos motivos para a melhora na receita que permitiu a liberação de recursos foi o aumento de 90%, quase o dobro, na estimativa de receita com dividendos de estatais que tiveram lucro acima das expectativas. Essa projeção passou para R\$ 16 bilhões no relatório do quarto bimestre ante o anterior, de R\$ 8,4 bilhões. De acordo com Rodrigues, apenas a Caixa Econômica Federal e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) responderam por R\$ 6,3 bilhões dos R\$ 7,6 bilhões do aumento na previsão. Ele estima que essa receita seja maior, porque os resultados de julho e agosto das estatais também estão sendo muito positivos.

Um dado que chamou a atenção no relatório foi a redução, em quase R\$ 6 bilhões, nas despesas com pessoal, para R\$ 318,8 bilhões no relatório. Segundo Rodrigues, houve um “erro de estimativa” nos reajustes de servidores, principalmente de professores que deveriam acontecer a partir de julho.

Ao detalhar os valores liberados, Rodrigues destacou que o montante desbloqueado inclui recursos para os demais poderes e emendas parlamentares que serão distribuídos proporcionalmente entre governistas e oposição. Além disso, há uma reserva orçamentária de R\$ 3,3 bilhões do fundo da Petrobras com recursos recuperados pela Lava-Jato no exterior. Desse valor, R\$ 2,6 bilhões serão destinados para a Educação (R\$ 1,6 bilhão) e ao combate das queimadas na Amazônia Legal (R\$ 1 bilhão).

- **Nó desatado**

Com melhora na arrecadação e aumento da receita de estatais, governo anuncia liberação de R\$ 12,4 bilhões para evitar paralisação da máquina pública

Para onde vai o dinheiro (em R\$ milhão)

Poder Executivo 11.576,2
Valor distribuído ministérios 8.300,4
Reserva Orçamentária* 3.275,8
Demais Poderes 83,5
Emendas Impositivas 799,6
a) Individuais 533,1
b) bancadas estaduais 266,5
Total liberado 12.459,4

**Valor do acordo feito por Supremo Tribunal Federal (STF), Ministério Público, Congresso e o governo federal para distribuição do fundo da Petrobras.*

Distribuição no Executivo

Órgão Valor (R\$ milhão)

Educação 1.990
Economia 1.750
Defesa 1.650
Saúde 700
Infraestrutura 450
Minas e Energia 340
Justiça e Segurança Pública 330
Relações Exteriores 250
Cidadania 230
Desenvolvimento Regional 200
Órgão Valor (R\$ milhão)
Agricultura 120
Ciência e Tecnologia 80
Meio Ambiente 70
Presidência 60
AGU 50
Mulher, Família e Dir. Humanos 15,4
CGU 15
Total 8.300,4

Fonte: Ministério da Economia

VEÍCULO: Correio Braziliense**Data: 21/09/2019****Seção: Economia****Autor: Catarina Loiola****Título: Gasolina mais barata: R\$ 4,07**

A ação da Agência Nacional do Petróleo (ANP) de notificar 320 postos do Distrito Federal (DF) para avaliar se houve abuso nos aumentos do início da semana surtiu efeito. Ontem, dos 32 estabelecimentos pesquisados pelo Correio, 18 reduziram os preços e apenas sete elevaram os valores nas bombas. Isso, apesar da informação do Sindicato do Comércio Varejista de Combustíveis e de Lubrificantes do Distrito Federal (Sindicombustíveis-DF) de que havia problemas no duto da Petrobras que abastece Brasília.

Pelo levantamento, o posto com menor valor é o Petrolino, que fica em Taguatinga Centro, onde o litro do combustível é vendido a R\$ 4,069. Na cidade, o Nenen's comercializava gasolina a R\$ 4,199 e o Shell, por R\$ 4,099. Nos eixos da Asa Sul, os valores variavam de R\$ 4,280 (214) a R\$ 4,319 (204). Na Asa Norte, era possível encontrar preços mais baixos: R\$ 4,199 (107, 112 e 113), mas também o mais caro da pesquisa R\$ 4,399 (212).

O militar Edson César, 49 anos, diz que o preço da gasolina no momento está razoável. "Se fosse um tempo atrás estaria mais de R\$ 5". Para ele, quando ocorre aumento do preço da gasolina, o motivo é falta de política pública. César é favorável à privatização da estatal. "Normalmente, o pessoal não pensa muito no bolso do consumidor. Com o monopólio da Petrobras fica muito caro, dava para ser mais barato", ressalta. O militar conta que espera o preço baixar e realiza pesquisa, pois abastece ao menos quatro vezes na semana.

Alguns consumidores continuam insatisfeitos com o preço da gasolina, como a aposentada Neima Cardoso, 42. "Gasto grande parte da renda com gasolina. Vivem prometendo que o preço vai diminuir, mas falar é uma coisa, a realidade é outra".

Paulo Tavares, presidente do Sindicombustíveis explica que "é possível que os preços aumentem por conta da oferta e demanda e do problema nos dutos". Além disso, explica que a variação de preços é responsabilidade dos revendedores, que decidem se repassam os aumentos nas refinarias ou não.

*** Estagiária sob supervisão de Rozane Oliveira**

VEÍCULO: Correio Braziliense**Data: 21/09/2019****Seção: Economia****Autor: Maria Eduarda Gardim****Título: Petrobras: duto sem problemas**

A iminência do Distrito Federal ficar sem gasolina neste fim de semana por causa de problemas no duto que abastece Brasília e Goiânia foi negada ontem pela Petrobras. A estatal informou que o duto Osbra “opera normalmente” e, dessa forma, rebateu a informação fornecida pelo Sindicato do Comércio Varejista de Combustíveis e de Lubrificantes do Distrito Federal (Sindicombustíveis-DF). A entidade afirmou que o problema no duto afetaria o abastecimento da capital e ainda afirmou que os preços poderiam aumentar por causa da relação de oferta e demanda.

“A Petrobras informa que o duto Osbra, responsável pelo abastecimento de combustíveis em Brasília e Goiânia está operando normalmente. Não há problemas na distribuição e o abastecimento ao mercado está garantido. A companhia reitera que seu compromisso é com a venda e entrega de combustíveis às distribuidoras, e que essas são as responsáveis pela entrega dos produtos aos postos”, diz a nota da empresa.

Ao ser questionado pelo Correio sobre o comunicado da Petrobras, o presidente do Sindicombustíveis, Paulo Tavares, reafirmou que há problemas nos dutos e que, em algum momento, faltará combustível. Segundo ele, a BR Distribuidora vai conseguir entregar produto apenas para os próprios revendedores, logo, postos de bandeira branca não receberão. “Se a Petrobras nega o problema, precisa explicar por que a BR está pegando combustível de Goiânia, já que era para pegar do duto de Brasília”, afirmou.

Segundo o presidente, a gasolina ainda não faltaria ontem, já que os postos ainda estavam com estoque de quinta, mas a partir de hoje já seria possível notar a falta do combustível em alguns estabelecimentos.

Demanda

Em nota, o Sindicombustíveis afirmou que as distribuidoras informaram “dados conflitantes”. “Há versões de vazamento de duto por uma grande distribuidora. Em outra grande distribuidora, a falta de produto se deve à demanda, que passou a ser maior que a oferta devido ao aumento de R\$ 0,06 na gasolina nas refinarias, repassado aos revendedores”, disse.

A Plural (Associação Nacional das Distribuidoras de Combustíveis, Lubrificantes,

Logística e Conveniência) informou que recebeu a informação de que houve um “aumento de demanda de 15%”, o que fez com que as distribuidoras buscassem reposição em mercados próximos à região. No entanto, não citou o problema com os dutos no comunicado. Já a distribuidora Ipiranga disse, em nota, que “houve uma intercorrência em um dos dutos da região, operado por terceiros. A empresa informou que tomou as providências necessárias de logística em sua operação.

Em Brasília, dois gerentes que conversaram com o Correio, afirmaram não saber do problema com o duto. Outro disse que apenas escutou boatos. Os três não quiseram se identificar. (CL)

MME / ASCOM .